



## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007
<b>Atividades Operacionais</b>		
Prejuízo Líquido do Exercício	(98.736)	(81.197)
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:</b>		
Ajustes para Reconciliar o Prejuízo do Exercício c/ Recursos Provenientes de Atividades Operacionais		
Depreciação e Amortização	22.565	20.452
Variações Monetárias/Encargos de Longo Prazo	117.413	43.143
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(98.149)	73.691
Ajuste da Lei nº 11.638/07	(840)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(41.500)
	<b>(57.747)</b>	<b>14.589</b>
<b>Aumento (Redução) de Ativos</b>		
Consumidores	83.545	(59.373)
Parcelamento de Créditos a Receber	(24.121)	(5.392)
Recomposição Tarifária	-	9.317
Tributos a Compensar	10.055	1.729
Almoxarifado	(1.342)	3.060
Tarifa Social de Baixa Renda	(13.619)	3.403
Despesas Pagas Antecipadamente	79	2.757
Outros Créditos	2.789	-
	<b>57.387</b>	<b>(44.499)</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Fornecedores	13.617	1.947
Folha de Pagamento	259	812
Encargos de Dívida	(1.499)	(1)
Tributos e Contribuições Sociais	2.092	2.619
Parcelamento Excepcional - PAEX	12.769	(973)
Obrigações Estimadas	404	663
Entidade de Previdência Privada	(1.065)	884
Taxas Regulamentares	4.430	1.012
Outros	7.769	(2.826)
	<b>38.776</b>	<b>4.137</b>
<b>Recursos Líquidos Provenientes das Operações</b>	<b>38.416</b>	<b>(25.773)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Empréstimos e Financiamentos	(44.232)	48.388
Provisão para Contingências	(3.530)	(13.211)
Empréstimos e Financiamentos - Pagamentos	(2.957)	(53.066)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	23.634	57.620
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	4.264	5.037
Recursos Obtidos de Longo Prazo	88.207	35.268
	<b>65.386</b>	<b>80.036</b>
<b>Total de Ingresso de Recursos</b>	<b>103.801</b>	<b>54.263</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Aplicações no Imobilizado	(89.704)	(69.821)
Outras Aplicações	(6.056)	(8.610)
	<b>(95.760)</b>	<b>(78.431)</b>
<b>Total dos efeitos de caixa</b>	<b>8.041</b>	<b>(24.168)</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>24.708</b>	<b>48.876</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>32.749</b>	<b>24.708</b>
<b>Variação de Caixa</b>	<b>8.041</b>	<b>(24.168)</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 e 2007

## 1. Contexto Operacional

A Companhia Energética do Piauí – CEPISA, sociedade por ações de capital fechado, com o controle acionário da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, detentora de 99,98% do seu capital votante, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí.

A CEPISA tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, suprindo todos os 224 municípios do Estado do Piauí, com área de concessão de 251,5 km² e 3.032 mil habitantes, atendendo mais de 849 mil consumidores, por meio de linhas e subestações, nas tensões de 138/69/34,5/13,8 kV.

O sistema elétrico da CEPISA é constituído, atualmente, de 4.521 km de linhas de subtransmissão, 67 subestações, 155 alimentadores de distribuição, 41.365 km de redes de distribuição e 20.874 transformadores de distribuição.

## 2. Concessões

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2001-ANEEL, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 12/02/2001, a CEPISA detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogado pelo período de até 20 anos, de acordo o que dispõe a Lei nº 9.074/95.

## 3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive as notas explicativas, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Ofício Circular nº 2.775/2008-SFF/ANEEL e Ofício Circular nº 127/2009-SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008 e 16 de janeiro de 2009, respectivamente.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 13, a Companhia está adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Conseqüentemente, as seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

a) Efeitos Tributários da Aplicação Inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório (RTT), instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS/PASEP e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

b) Ajuste a Valor Presente

Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o pronunciamento técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia contabilizou o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito do ICMS sobre ativo permanente (CIAP). Até 31 de dezembro de 2007, os saldos do CIAP estavam registrados aos seus valores nominais. Conforme definições constantes do pronunciamento CPC nº 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565/08, tal ajuste foi realizado, na data de transição, contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

c) Valor de Recuperação de Ativos

Em atendimento aos requisitos emanados pela Deliberação CVM 527/07, de 1º de novembro de 2007, que aprova o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou testes necessários a fim de verificar a recuperabilidade de seus ativos e constatou que não há Redução ao valor recuperável dos ativos.